ções Unidas, o Governo da Bulgária depositou, em 7 de Outubro de 1959, o instrumento da sua adesão ao Protocolo adicional à Convenção relativa às facilidades aduaneiras em favor do turismo, celebrado em Nova Iorque a 4 de Junho de 1954.

Aquele instrumento de adesão contém a reserva de que o Governo da Bulgária não se considera vinculado no que respeita à arbitragem mencionada no artigo 15, §§ 2 e 3.

De acordo com o § 2 do artigo 10 da referida Convenção, o Protocolo entrou em vigor para a Bulgária em 5 de Janeiro de 1960.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 11 de Maio de 1960. — O Director-Geral Adjunto, *Albano Nogueira*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 17 731

Considerando que pela Portaria n.º 17 607, de 22 de Fevereiro de 1960, foi mandado publicar no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas, para nelas ter execução a partir de 1 de Março último, o artigo 10.º da Lei n.º 2101, de 19 de Dezembro de 1959;

Considerando que pelo Decreto-Lei n.º 42 947, de 27 de Abril de 1960, foi regulada a execução do referido preceito em termos que devem tornar-se extensivos às províncias ultramarinas:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do n.º III da base LXXXVIII da Lei n.º 2066, de 27 de Junho de 1953, que seja tornado extensivo ao ultramar o Decreto-Lei n.º 42 947, de 27 de Abril de 1960, com as seguintes alterações:

1.ª No artigo 6.º, onde se lê: «pelo Ministro da respectiva pasta, com o acordo do Ministro das Finanças, a obter por intermédio da Direcção-Geral da Contabilidade Pública», deve ler-se: «pelo governador da respectiva província, depois de ouvidos os serviços centrais de Fazenda e contabilidade».

2.ª No artigo 8.º, onde se lê: «pelo Ministro das Finanças», deve ler-se: «pelo governador da respectiva província».

3.ª No artigo 12.º, onde se lê: «de autorização ministerial», deve ler-se: «de autorização do governador da respectiva província».

4.ª A redacção do § único do artigo 12.º passa a ser a seguinte:

Quando se verifique a insuficiência das referidas disponibilidades, o pagamento efectuar-se-á pela

verba de duplicação de vencimentos dos respectivo capítulo, que, para o efeito, poderá ser reforçada sem dependência de autorização ministerial.

5.ª A redacção do artigo 13.º passa a ser a seguinte:

Os abonos que não possam ser liquidados no exercício a que respeitarem serão satisfeitos, sem dependência de quaisquer formalidades, em conta da verba orçamental destinada a pagamento das despesas de exercício findos de que trata o artigo 57.º do Decreto n.º 17 881, de 11 de Janeiro de 1930, e legislação que alterou tal disposição ou a ela se aditou.

6.ª No artigo 15.º, onde se lê: «aos serviços dotados de autonomia administrativa ou financeira», deve ler-se: «aos serviços autónomos da província».

7.ª No artigo 16.º, onde se lê: «a 1 de Janeiro de 1960», deve ler-se: «a 1 de Março de 1960».

8.ª No § 2.º do artigo 16.º, onde se lê: «a partir da data da sua publicação», deve ler-se: «a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial* da respectiva província».

Ministério do Ultramar, 17 de Maio de 1960. — O Ministro do Ultramar, *Vasco Lopes Alves*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *Vasco Lopes Alves*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas

Portaria n.º 17 732

Reconhecendo-se dificuldades e inconvenientes na aplicação do disposto na Portaria n.º 14 647, de 11 de Dezembro de 1953, publicada no *Diário do Governo* n.º 274, 1.ª série, a qual fixa as datas em que, todos os anos, terá início a apanha da amêndoa e da azeitona no concelho de Meda enquanto se não conseguir solução mais adequada em relação à marcação dessas datas:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Agricultura, que, até decisão em contrário, seja revogado o disposto na citada Portaria n.º 14 647, de 11 de Dezembro de 1953.

Ministério da Economia, 17 de Maio de 1960. — O Secretário de Estado da Agricultura, *Luís Quartim Graça*.